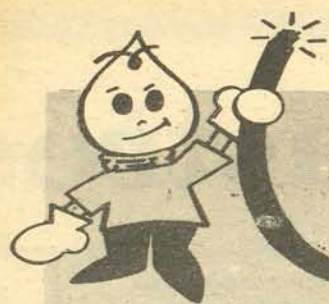




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 142
18/07/91

CUT/SC faz Congresso e define sua estratégia

Mais de 700 delegados representantes de sindicatos cutistas de todo o estado participaram do 4º Congresso Estadual da CUT/SC, dias 12, 13 e 14 de julho. Durante o final de semana, foram discutidos e votados os seguintes temas: balanço político e organizativo da CUT estadual e nacional; análise de conjuntura estadual, nacional e internacional e estratégias e planos de luta da central.

A abertura solene do Congresso foi dia 12, à noite, com a apresentação dos filmes "Ilha das Flores" e "O dia em que Dorival encarou a guarda para os congressistas. No sábado, divididos em grupos, os congressistas trabalharam nas oito teses apresentadas. Na plenária de domingo, além da eleição da nova diretoria da CUT/SC, também foram eleitos 77 delegados que participarão do 4º CONCUT - Congresso Nacional da CUT - que será realizado em São Paulo, de 4 a 8 de setembro.

Segundo Ineir Mittmann, presidente reeleito da CUT/SC, esse foi o melhor congresso feito até hoje em Santa Catarina. Conseguimos, explica, trazer representações de todo o estado, o que mostra o crescimento orgânico da Central em Santa Catarina. A discussão política foi muito aprofundada, mostrando o amadurecimento da discussão, des-

de o 3º Congresso Nacional, diz Ineir.

O nível de discussão desse congresso, para Ineir, foi um grande avanço para a construção de uma central que dispute os rumos da sociedade, uma das principais metas do 4º Congresso Nacional. "Estamos num estágio onde não podemos ficar falando apenas para os trabalhadores organizados em seus sindicatos, precisamos ter uma central que vá além das reivindicações de cada dia, tendo propostas concretas para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores", afirma Mittmann.

Mittmann foi reeleito presidente da CUT/SC no início da noite de domingo, depois de um processo

eleitoral onde participaram duas chapas. Não houve consenso entre as forças que participaram do congresso para a formação de uma única chapa. A eleição foi secreta, tanto para a eleição da diretoria (veja matéria abaixo), quanto para a eleição dos 77 delegados ao Congresso Nacional.

A chapa 2, encabeçada por Ineir Mittman obteve 361 votos, o que garantiu 71% da composição da diretoria, contra 155 votos da chapa 1, 29% da direção. A chapa 2 indicou 54 delegados ao encontro nacional, contra 23 indicados pela chapa 1. Agora, toda a discussão vai ser levada ao Congresso Nacional, em setembro.

A nova direção

A nova executiva da CUT/SC ficou composta da seguinte maneira:

Presidente: Inair Mittmann; **vice-presidente:** Luiz Gritti; **secretário-geral:** Delman Ferreira; **1º secretário:** Sidnei Batista; **tesoureiro:** Suzana Lucrécia Gava; **1º tesoureiro:** João Batista Souza; **secretário de política sindical:** Artur Emilio Ruffs Machado; **secretário de formação sindical:** Clemente Mannes; **secretário de imprensa e divulgação:** Valdir Antonio Hubert; **secretário de política social:** Amandio Castelain; **diretora executiva:** Ideli Salvatti.

Em busca do "sindicato cidadão"

A maior novidade do 4º Congresso Estadual da CUT foi a definição sobre estratégia, que mudou a visão tradicional de sindicato, de central sindical e de luta reivindicatória. "Sindicato cidadão" é a palavra-chave da tese que foi apresentada pelo Sindicato dos Eletricistas de Fpolis, com apoio de diversos segmentos do movimento sindical.

A ideia é de um tipo de sindicalismo que se coloca muito além das reivindicações cotidianas, partindo para disputar valores na sociedade. A tese fala de um sindicalismo com projetos culturais e uma estrutura de comunicação que possibilite um diálogo do movimento sindical com a sociedade.

A tese salienta que, ao apresentar projetos para toda a sociedade, a CUT não se confunde com os partidos políticos. A característica plu-

ralista do sindicalismo deve ser preservada, segundo a tese aprovada, mas isso não impede que os sindicatos discutam com os trabalhadores propostas para resolver problemas de educação, moradia, transporte, previdência social e mesmo de política econômica.

A preocupação da CUT, com a aprovação desta tese, passa a ser o resgate da cidadania, da "ação social de cada indivíduo na luta por seus direitos e de sua felicidade".

A resolução caracteriza como "desafios estratégicos para a CUT os seguintes pontos: estabelecer um novo tipo de relação da central com a sociedade, a luta contra o corporativismo e a conquista de novas relações de trabalho, o desenvolvimento de um sindicalismo internacionalista e incremento da organização sindical de base.

Segundo a própria resolução do Congresso, a CUT sempre discutiu estratégia com base em formulações tradicionais da esquerda, mas sem incorporar a prática cotidiana a preocupação com as transformações globais da sociedade. Na avaliação da nova direção da CUT-SC, esta resolução construída com base em uma visão autocrítica vai além de caracterizar a entidade comopositora do atual governo, passando a apontar para a sociedade rumos que deverão ser melhor definidos no próprio congresso nacional da CUT, em setembro. Mas, o socialismo é apontado como referência estratégica para os trabalhadores.

O Congresso aprovou o já tradicional plano de lutas, contemplando a luta contra a recessão e o arrocho salarial, contra o pagamento da dívida externa, pela reforma agrária e contra a violência no campo.

Sai a pauta para a data-base

Começou a caminhada até a data-base, em 1. de outubro. Dia 20, sábado, em Criciúma, será realizada a plenária que vai unificar a pauta de reivindicações produzidas nas assembleias por todo Estado. O centro das reivindicações este ano é: garantia de emprego e melhoria salarial. E, como disse Arnó Veiga Cugniet, secretário-geral do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, "tudo vai depender, desta vez, da capacidade de mobilização de cada um de nós".

Nesta sexta-feira, dia 19, os sindicatos vão assinar com a Celesc o extra-acordo referente à URP e abonos. As assembleias em todo Estado aprovaram a proposta. A única exceção foi Tubarão, onde a base reconvoceu nova assembleia para esta sexta-feira.

Outra ponto que não está esquecido é a questão dos contratos. Nesta semana o sindicato começa a discutir com a diretoria da empresa o processo de efetivação destas

pessoas. No início serão efetivados aqueles que já ganharam na Justiça o vínculo empregatício. Desta terça-feira os contratados passaram a contar mais uma vez com o benefício alimentação.

A Intersindical esteve conversando esta semana com o presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas, sobre as possíveis demissões do TC SC mostrou favorável à tese de buscar os responsáveis pelas admissões e não partir sumariamente para demissões. Foi encaminhado à Celesc e também discutido com a atual diretoria da empresa esta tese, junto com o parecer da assessoria jurídica.

A Intersindical está mantendo ainda contatos com lideranças político-partidárias na Assembleia Legislativa e com o próprio governador. Wilson Kleinübing. Foi ressaltado que a condução neste caso deve ser a busca pelos responsáveis pelas admissões preservando-se a qualidade dos serviços prestados à população.

SEM-TERRA

Em Itá, segue o conflito

Apesar do entrave representado pela direção da Eletrosul que se nega a negociar, o ministro Marcellino Marques Moreira, da Economia, prometeu ao vice-presidente da CUT, Avelino Ganzer, que ainda esta semana serão liberados os recursos para indenização e reassentamento das três mil famílias de agricultores desalojados de suas terras há 10 anos para construção da Hidrelétrica de Itá.

Com isto o governo federal cumpre acordo que a direção da Eletrosul negava até discutir com os desalojados. Cerca de 1000 agricultores e suas famílias ocuparam há 15 dias as instalações da Eletrosul em Nova Itá. Como o presidente Amílcar Gazaniga sequer quis falar com os acampados eles decidiram, na sexta-feira passada, retirar os funcionários da Eletrosul que trabalhavam no local. Na ocasião o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e, conta-

to com a CRAB, enviou telex ao Ministro da Infra-Estrutura, secretário de Energia e direção da Eletrosul, solidarizando-se com a luta dos agricultores e pedindo a reabertura de negociação e liberação dos recursos para solucionar o problema. Lembravam ainda que já haviam denunciado, em correspondência, ao presidente da República a intranquilidade da direção da empresa em negociar. O próprio governador, Wilson Kleinübing, em contato com o presidente do sindicato, Mauro Guimarães Passos, no final da semana passada, disse que estava acompanhando o caso e tudo faria para tentar uma solução. Em release à imprensa o sindicato enfatizou que a postura do presidente da Eletrosul só estava dificultando a negociação, postura porém bastante coerente, uma vez que se nega a negociar com os próprios empregados da empresa.

ASSENTAMENTO

Jornada da Terra encerra dia 25

Uma manifestação de trabalhadores e famílias sem-teto deverá recepcionar em Florianópolis, no próximo dia 25, os 120 agricultores sem-terra, que desde o dia 2 de julho vêm caminhando de Curitiba até a Capital de Santa Catarina, percorrendo os 335 km para reivindicar do governo estadual uma postura mais firme em defesa da Reforma Agrária e da Reforma Urbana.

A caminhada — chamada de "Jornada pela Terra" — juntou agricultores dos municípios de Garuva, Mattos Costa, Fraiburgo, Campos Novos, Curitiba, Lebon, Pontal, Sertão, Chapéu, Abelardo Luz, Saudades, São Domingos, Aguas de Chapéu, São Carlos, Descanso e São José do Cedro. Pela BR-470 e, depois, pela BR-101, os caminhantes fizeram manifestações quase diárias nas cidades por onde passaram e nas rodovias, interrompendo o trânsito por 30 minutos.

No último dia 12, uma comissão de sem-terra, sem-teto, deputados e vereadores protocolaram um documento com reivindicações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e junto as secretarias do governo do estado. A comissão deu um prazo até o dia 25 para que os governantes respondam aos pedidos de providências. O documento, com nove itens, quer

o assentamento de 500 famílias sem-terra, em situação precária, em acampamentos do interior e a construção das 40 mil moradias prometidas aos sem-teto pelo candidato Wilson Kleinübing.

Há um ano não é feito um único assentamento no estado. Os sem-terra querem a desapropriação de 10 mil hectares, para assentar as 500 famílias que vivem em 7 acampamentos. E para os assentados, querem subsídios e financiamentos para devolver a terra condições ideais de produção. A realização da Reforma Agrária, segundo os sem-terra, é o que garantiria a pacificação dos conflitos no campo e o desarmamento dos grupos armados que "defendem" as grandes propriedades.

Só em Florianópolis vivem 40 mil sem-teto, segundo o Centro de Apoio e Promoção do Migrante. Mas a promessa do governador Wilson Kleinübing para a habitação popular não vai além desse número. O déficit de 180 mil moradias só foi amenizado, nestes primeiros quatro meses de governo, pela construção de 285 casas, em dez municípios do interior. Para cumprir o que prometeu, Kleinübing precisaria inaugurar cerca de mil novas habitações a cada mês, até o fim do mandato.

O desastre recém começou

Passado um ano de nova administração na Eletrosul, o Linha Viva achou oportuno fazer um balanço da gestão do senhor Amílcar Gazaniga. Além de entrevistar empregados, dirigentes sindicais, funcionários que saíram da empresa neste período, achamos necessária as interpretações de suas ações pelo próprio presidente. Mas, não foi possível ouvi-lo. Depois de mais de uma semana de contatos com secretárias, finalmente, tivemos uma posição do senhor Gazaniga: quem falaria por ele seria seu assessor Miguel Sedrez. O assessor, porém, também, não aceitou ser entrevistado. Disse que só receberia questões feitas por escrito e as responderia da mesma forma. Como Linha Viva em seus três anos de existência, nunca distorceu informações e como não é prática de ética dos jornalistas aceitar a imposição de fazer entrevistas por escrito, não aceitamos a desconfiança da diretoria da empresa e assim nosso balanço não contará com a palavra do atual administrador da Eletrosul.

Este incidente traduz, em pequena escala, o que tem sido a gestão do senhor Amílcar Gazaniga. Na semana passada, já dizia Mauro Passos, presidente do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis: "a primeira coisa que a gente pensa quando faz um balanço do último ano na Eletrosul é sobre a personalidade do presidente. Sua subversão à quem está em cima e extremo autoritarismo para quem está embaixo. Isto é inerente a ele e explica bem a situação atual da empresa".

A primeira coisa a ser examinada, num balanço da atual direção é a reforma administrativa. Este foi o grande projeto que Gazaniga dizia ter quando assumiu a empresa. Projeto considerado, hoje, um desastre sob ponto de vista empresarial e gerencial. O que está acontecendo, realmente, é um esvaziamento. O empregado está saindo e levando consigo um grande acervo técnico.

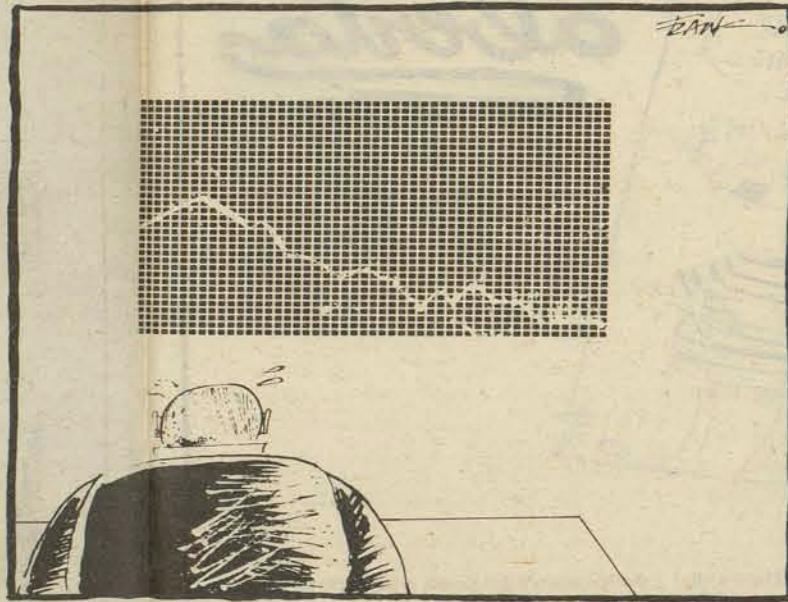
NÚMEROS AMARGOS

Os números também não são bondosos com o senhor Gazaniga. No balanço da empresa publicado nos jornais se observa que em 90 a Eletrosul deu prejuízo mais uma vez. Desta vez, foram 346 milhões de cruzeiros, em valores de dezembro. O interessante é observar que a redução de despesa com pessoal (a famosa "reforma administrativa") não livrou a empresa de um déficit operacional.

Se a despesa com pessoal foi

reduzida em 4 bilhões de cruzeiros, em relação a 89, o normal é se supor que teríamos, pelo menos, um equilíbrio nas contas finais. Mas, não foi isto que aconteceu. O senhor Gazaniga não conseguiu cortar na mesma medida as outras despesas, que em alguns casos se ampliaram. Isto é o que chamam de "resultado operacional negativo" e foi motivado também pela queda na receita com a venda de energia, que chegou aos 500 milhões de cruzeiros. Mas, o fator preponderante, segundo o próprio balanço, foi o aumento no déficit das contas financeiras (ou seja, as despesas foram maiores que a receita, passando de 5,3 bilhões de cruzeiros negativos em 89 para 8,8 bilhões de cruzeiros negativos em 90). Resumindo: isto mostra que não foi resolvido o estrangulamento financeiro da empresa. E pior, que nenhuma reforma que tiver por base o corte da folha de pagamento vai resolver.

Ainda como observação do balanço fica-se sabendo que a energia comprada de Itaipu está custando mais caro. De 21 bilhões de cruzeiros em 89 passamos para 29 bilhões em 90. "A contradição aqui é que a Eletrosul, empresa geradora de energia, ao se defrontar com um mercado em retração ampliou suas compras de terceiros em detrimento de sua capacidade geradora instalada", ressalta Clóvis Scherer, economista do Dieese, que analisou o balanço



da empresa.

ESTAGNAÇÃO

No item investimento, temos mais perdas. Ninguém esqueceu que as obras de Jucui, Lacerda e Itá foram interrompidas quando Gazaniga entrou na empresa. Ele deu esta ordem sem levar em conta que um bilhão de dólares já haviam sido investidos. "Se mostrou subserviente, não se contrapôs ao governo mostrando o quanto é importante a continuidade destas obras sob ponto de vista econômico, energético e social", interpreta Mauro Passos.

Hoje, qualquer pessoa medianamente informada sabe que a paralisação e posterior retomada custam mais caro que continuar tocando a obra. Isto deveria servir para ser usado como mais uma argumentação de pressão, mas não foi usado. Como não foi dada a devida importância para o problema social, outro fato que poderia servir a um administrador inteligente numa mesa de negociações. O caso mais crítico é de Itá, que já ganhou inclusive repercussão nacional. Três mil famílias vivem inseguras. Seqüestraram empregados, ocuparam escritórios e só foram tratadas com descaso e insensibilidade. "Isto denigra a imagem da empresa e dificulta a viabilização futura da obra. Devemos este ambiente hostil unicamente a insensibilidade de um presidente", adverte Passos.

SEM MANUTENÇÃO

A falta de investimentos foi

repassada para as áreas críticas como de manutenção do sistema, pondo em risco a confiabilidade do sistema elétrico. A obsessão em reduzir custos sem objetividade alguma levou a ter um posicionamento contrário do seu habitual até do chefe do Departamento de Produção, César Barros Pinto, aquele que na última greve, junto com a Polícia Federal foi reprimir empregados de Passo Fundo. Numa correspondência interna, DPR 245/91 dirigida à Diretoria de Operações, em 13 de maio de 91, ele passa a criticar inúmeras ações entre elas a interdição do restaurante da sede, redução da periculosidade, renúncia de direitos no termo de rescisão, falta de material para manutenções programadas, uso da catraca na sede, a falta de autonomia de gerentes, redução do orçamento operacional. A lista é grande e encerra com uma crítica aos problemas que estão acontecendo com médicos credenciados, por causa do atraso nos pagamentos.

Como diz José Fonseca, engenheiro há 14 anos na Eletrosul, e que pediu demissão em janeiro deste ano. "O Gazaniga não veio para destruir a empresa, como dizem. A coisa é pior. Ele não sabe fazer nem aquilo a que se propõe. Todo mundo sabe que ele não é bom. E só observar sua trajetória por outras empresas. Estas ações desarticuladas mostram que simplesmente ele não sabe o que faz".

Convênio foi um bom negócio para Telesc

A um bom administrador cabe também fechar negócios que sejam o máximo possível lucrativos para sua empresa. Semana passada a Eletrosul assinou um convênio com a Telesc, que prevê uma "associação de esforços". Este convênio vai dar muito o que falar. É uma experiência pioneira no Brasil, embora seja bastante comum no mundo inteiro.

Pelo convênio o sistema de transmissão de energia elétrica da Eletrosul, que passa pelas principais cidades do litoral de Santa Catarina, vai ter um dos cabos de aço para-raios trocado por um cabo da Telesc, que conduzirá 9 pares de fibras óticas. A Telesc ganha o direito de uso de 8 pares por dez anos, renováveis, conseguindo assim otimizar sua capacidade de instalação de centrais eletrônicas. Vai investir no negócio 20 milhões de dólares e lucrará 1 bilhão de dólares com a venda de terminais telefônicos.

A Eletrosul ganha um par de fibras óticas para utilizar no seu sistema de comunicação, ganha o cabo de aço e fica responsável pela manutenção do cabo.

No resto do mundo as soluções dadas para estes negócios são variadas, mas nenhuma é igual ao negócio fechado pela Eletrosul. Nos Estados Unidos, por exemplo, várias empresas de energia elétrica oferecem suas instalações para empresas telefônicas e cobram por isto. Outra alternativa comum é a criação de uma associação onde a empresa de telecomunicações paga aluguel para poder usar as instalações ou ainda, num terceiro caso, são criadas joint-ventures.

A Eletrosul não conseguiu ver que esta era uma oportunidade de aumentar sua receita, e tentar, através de um interlocutor qualificado, um avanço no negócio que significasse a obtenção do maior lucro possível na negociação. Tanto mais estranho quando se sabe que a administração vem cobrando a máxima eficiência de seus funcionários.

Em Jacuí, ameaças

A Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul deu um prazo de 48 horas, para que a Eletrosul restabeleça o transporte dos empregados na obra da Hidrelétrica de Jacuí, sob pena de mandar prender o chefe de escritório da empresa. Esta é a resposta a ação que o Senergisul levantou contra a Eletrosul, que, descumprindo acordo coletivo, retirou o transporte de empregados. O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis está alerta ainda para outra possível atitude da diretoria da empresa que, tentando coagir o pessoal de operação da Subestação de Itá, que vive em Chapecó, para que transfiram residência para Nova Itá, ameaçando também com suspensão de transporte.

TRIBUNA Livre

José Alvaro Cardoso
SUBSEÇÃO DIEESE/SEEB

Pacote incompleto

O governo federal anunciou na semana passada um extenso "pacote agrícola", que prevê a liberação de Cr\$ 1,196 trilhão para o custeio da safra 1991/92. O plano introduz uma série de inovações importantes na agricultura. Uma delas é a proteção contra subsídios externos através de impostos compensatórios. Praticada largamente pelos países desenvolvidos — em especial pelos mais "grávidos" entre estes —, esta medida significa um avanço nas posições do governo, que se negava a tomá-la em nome de um suposto livre mercado internacional. Isto trazia prejuízos à produção nacional, visto que os produtos estrangeiros subsidiados penetram no mercado interno brasileiro com muita competitividade.

Prevê-se ainda outras relevantes medidas: isenção de imposto para insumos e equipamentos agrícolas, reajuste dos valores básicos de custeio (visando incentivar a produção de alimentos básicos), o financiamento preferencial para os agricultores que investem em aumento de produtividade.

Desconsideremos, aqui num gesto de boa vontade, a hipótese de todo o pacote anunciado ser mais um grande exercício de pirotecnia, um risco sempre presente quando se trata do governo Collor. A verdade é que, sendo o elenco de medidas positivas no essencial, já que ninguém em sã consciência pode ser contra o aumento da produção de alimentos básicos e da elevação da produtividade, ele significa na prática, uma autocritica do governo em relação à equivocada política da safra passada. Uma política que está obrigando o país a importar em 1991, 7 milhões de toneladas de grãos.

A concessão de maiores créditos para quem tem mais produtividade, por outro lado, pode favorecer os grandes proprietários em detrimento dos pequenos e médios que, em regra, têm dificuldades de cumprir as próprias exigências dos bancos emprestadores.

Entre os agricultores de todos os portes um consenso. O valor do crédito liberado, Cr\$ 1,196 trilhão ou US\$ 3,322 bilhão, é muito pequeno, equivalendo a apenas um quarto dos US\$ 15 bilhões aplicados nas safras de 1988 e 1989. Esta cifra fica ainda menor se lembrarmos, por exemplo, que só de serviços (juros e amortizações) da dívida externa o Brasil desembolsará este ano US\$ 2 bilhões.

Uma outra questão é a de que a feliz idéia de aumentar a produção de alimentos básicos, contemplada no pacote, não vem acompanhada por medidas globais que apontassem na perspectiva de distribuição da renda. Com um salário mínimo de 64 dólares, que em Fpolis, por exemplo, não compra uma cesta com 13 alimentos básicos para duas pessoas (a cesta p/uma pessoa valia em junho Cr\$ 13.212,55 ou 36 dólares), o excedente de alimentos produzidos corre o risco de ter que ser atirado aos porcos.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRTS 6166) e Marli Cristina Scamozon. Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 45-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Sem proposta, Collor inventa os CIACs para fazer seu marketing

Almir Pereira Júnior
Pesquisador do IBASE
Materia publicada na revista Políticas
Governamentais

Após um ano de omissão silêncio em termos de propostas concretas para a área social, o governo Collor apresentou seu projeto de construção de 5.000 Centros Integrados de Apoio às Crianças (CIACs) que, na prática, são uma ampliação do inexpressivo programa "Minha Gente", inicialmente dirigido pela Primeira Dama do país.

Tido como ambicioso e avançado por seus idealizadores, o projeto traz, no entanto, várias falhas e problemas que têm caracterizado a formulação das políticas sociais do atual governo. Planejados pelo arquiteto João Filgueiras Lima e pelo calculista José Roberto Sussekird, os CIACs se inspiram na recente experiência dos CIEPS, no Rio de Janeiro, mas pretendem ir além.

Como a ambição anunciada é oferecer resposta ao problema da infância pauperizada e abandonada, os CIACs deverão oferecer não só serviço escolar básico de turno integral para 6,5 milhões de crianças até 12 anos, mas querem atingir também a comunidade.

Para tanto, a planta do CIAC apresenta espaço para quadra de esportes e atividades culturais, posto médico-odontológico, atendimento ginecológico e também obstetrício a gestantes, creches, escolas noturnas e profissionalizantes para adolescentes, e até alojamento para abrigar meninos de rua.

O plano prevê a construção dos CIACs num prazo de quatro anos, com um orçamento global de Cr\$ 2,4 trilhões de cruzeiros (6,8 bilhões de dólares), dos quais o governo dispõe apenas de Cr\$ 62 bilhões angariados nos ministérios da Economia, Saúde e Ação Social (Folha de São Paulo 22 5 91). Não há indicação do governo sobre a origem dos recursos restantes. É importante atentar que o orçamento citado refere-se apenas à construção dos CIACs, pois segundo as autoridades federais, a manutenção das escolas depois de inauguradas, correrá por conta dos estados e municípios. Ainda assim, a expectativa do presidente é construir 20 CIACs, ainda este ano.

Embora o êxito do programa dependa do pleno envolvimento das esferas federal, estadual e municipal de governo, sua elaboração não foi precedida de nenhuma discussão para levantar as especificidades, aplicabilidades e limites dessa pro-

posta nos estados e municípios. Seu lançamento inicia, de fato, uma "corrida ao ouro". Cada CIAC inaugurado vale vários votos, tanto ao político que consegue sua implantação, como se fala em como garantir a subsistência dessa superescola num país que não consegue dar conta de seus já existentes e precários estabelecimentos de ensino.

O autoritarismo vai além disso. A partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a deliberação e o controle de políticas de atendimento destinadas à infância e adolescência deveriam, necessariamente, passar pelos Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescentes, onde a sociedade civil teria condições para avaliar as propostas concebidas. Mas, Collor apesar de apregoar seu respeito ao Estatuto, ignora tal premissa. Se o governo federal demonstrasse um décimo do empenho utilizado para lançar o "Minha Gente", na articulação e implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com certeza este já estaria em pleno funcionamento. O que, infelizmente não é o caso, tanto em nível federal, como na maioria dos estados e municípios. Assim, quando os conselhos previstos no Estatuto estiverem funcionando, terão de conviver e administrar um projeto imposto verticalmente. Vejamos agora algumas incorreções de conteúdo do projeto.

Ao apresentar como meta a construção de 5.000 estabelecimentos de

ensino para atender 6,5 milhões de crianças, o governo reduz o problema educacional brasileiro a uma mera deficiência no número de vagas, nos estabelecimentos de ensino. Mas, estudos, recentemente, realizados, com base em dados oficiais do IBGE, apontam noutra direção.

A real questão não é o acesso à escola, e nem muito menos uma evasão precoce na fase de alfabetização, mas sim a incapacidade do sistema educacional existente no país em dar conta da escolarização. E para isso, interagem fatores não só da estrutura do serviço educacional, mas também a realidade sócio-econômica da população, em constante luta pela sobrevivência. O principal problema, apontam, é a altíssima taxa de repetência escolar. Chegam a concluir que já no início da década de 80, cerca de 95% da população em idade escolar teve acesso ao sistema educacional. E a maioria dos demais 5% encontra-se em comunidades pequenas, afastadas dos grandes centros, onde sobreviver, mais que saber ler ou escrever, é a maior prioridade. E onde, com certeza não serão construídos tão cedo, nem escolas comuns, nem hospitais e muito menos CIACs.

A questão não é, portanto, inaugurar mais escolas, mas garantir a qualidade do sistema de modo a possibilitar um eficaz aprendizado. O frequente é considerar o aluno repentinamente como inadequado, não parando para pensar o quanto o sistema educacional brasileiro se mostra

LINHA aberta



despreparado para atender às reais necessidades da população. Professores mal remunerados, métodos defasados, falta de material básico e inexistência de reciclagem pedagógica. Que perspectiva oferecemos às nossas crianças, para que elas transponham suas dificuldades cotidianas e consigam alcançar melhores níveis de escolaridade?

O Estatuto, em seus artigos 57 e 58, é claro neste aspecto, na medida em que acentua a necessidade de revisão e atualização do conteúdo pedagógico de nosso sistema educacional, adequando-o à realidade, de modo a propiciar a inserção plena de todas as crianças e adolescentes. O próprio governo Collor, ao redigir "Brasil, um Projeto de Reconstrução Nacional", declarou que o problema... "não é mais o da oferta insuficiente, mas o da baixa qualidade em seus diferentes níveis... e que a opção é... "otimizar o aproveitamento das redes escolares estaduais e locais... (2) Porém ao montar sua grande proposta social, pauta o projeto numa multiplicação de vagas e prédios, com altos custos orçamentários.

Seria ingenuidade esperar efetivas transformações estruturais de um governo que pauta toda sua política econômica num projeto neoliberal, totalmente sintonizado com um modelo gerador de desigualdades. O alvo do projeto é muito mais a opinião pública, o marketing e o caminho de barganha política que a troca de favores por CIACs pode possibilitar.